

O PODER DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DA AGENDA AMBIENTAL

Liana John (*)

Se a relação entre mídia e poder sempre esteve evidente nas editoriais de política e economia, a ponto da imprensa ser considerada o quarto poder, ao lado do Executivo, Legislativo e Judiciário, nas editoriais mais "marginais" - como a de meio ambiente - a relação nem sempre foi tão clara.

Existem episódios esporádicos, no século XIX, em que os jornais serviram como tribuna para políticos como José Bonifácio de Andrada e Silva escreverem em defesa das baleias ou da exploração racional dos recursos naturais e contenção dos desmatamentos como medida de preservação dos recursos hídricos. Mas isso era mais um reflexo do que acontecia nas tribunas reais, do que propriamente um recado da mídia para o poder. Mas ressalta, de qualquer forma, a importância dos jornais, no seu papel de amplificar a voz dos políticos.

Já na história mais recente, da mídia ambiental como a conhecemos hoje, a porta de entrada dos temas ambientais é bem diversa. É a porta da rua, por onde o jornalismo ambiental entra nas redações, a partir dos movimentos ambientalistas, pelas mãos de jornalistas pessoalmente engajados. Isso torna um tanto tensa a primeira fase da mídia ambiental brasileira, em que as autoridades políticas se sentiam tão afrontadas quanto o poder econômico, com sua bandeira do "desenvolvimento a qualquer preço".

Com a evolução da mídia ambiental - que se aproximou do jornalismo científico - e com a gradativa adaptação dos agentes econômicos aos novos tempos de tratados e convenções internacionais, tecnologias limpas, certificações, reciclagem, gestão ambiental e posturas "ecologicamente corretas", muda completamente a relação desta imprensa especializada com o poder.

A mídia ambiental passa a ser um termômetro importante, a ser consultado antes da tomada de decisões e até mesmo capaz de mudar o rumo de algumas delas.

Um dos primeiros a perceber isso, antes até da mídia ambiental ter um perfil mais definido, foi Paulo Nogueira Neto, primeiro secretário especial de Meio Ambiente do país, que esteve à frente da SEMA durante 12 anos (1974-86). Como ele mesmo conta, a SEMA foi criada dentro do Ministério do Interior somente "para inglês ver": tinha 5 pessoas em 3 salas, num momento politicamente muito difícil. A estratégia de Nogueira Neto para transformar seu cargo decorativo em uma secretaria de verdade foi recorrer à imprensa.

Ele passou a dar entrevista para qualquer jornalista que o procurasse, falando abertamente de problemas ambientais em plena vigência da censura. Com

muita habilidade, mandava recados através dos jornais para o próprio governo do qual fazia parte. E com isso conseguiu obter disposição política do governo federal e recursos para criar, entre outras áreas de proteção, 26 estações ecológicas, que somam 3,2 milhões de hectares.

Segundo Nogueira Neto, algumas destas áreas não existiriam sem a persistência da imprensa em seu favor, como é o caso da APA de Petrópolis, defendida pelo Globo e a Juréia, que virou bandeira do Estadão.

A estratégia de usar a mídia em favor do meio ambiente funcionou até mesmo com um presidente de difícil relacionamento com a imprensa, como João Batista de Figueiredo. Durante as negociações para aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) achou que a indústria seria muito prejudicada e pediu 13 vetos (em 26 artigos) a Figueiredo, já que o Congresso havia aprovado o texto da SEMA por unanimidade. O presidente vetou apenas 1 artigo.

A SEMA foi modificada diversas vezes até se transformar no atual Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os titulares desta pasta não repetiram exatamente a estratégia de Nogueira Neto, mas, ao assumir, todos eles cumprem um ritual de visitas aos diretores de redação da grande imprensa mais identificados com a causa ambiental. E, em muitos casos, ouvem bem mais do que falam.

Algumas vezes, temas transformados em campanhas na mídia ambiental tornam-se pauta obrigatória nos gabinetes. Foi assim com a despoluição do Rio Tietê, em São Paulo, uma campanha que nasceu de uma reportagem da Rádio Eldorado, realizada em 1990, comparando o rio paulista com o Tâmisa, que atravessa Londres, na Inglaterra. Da reportagem surgiu a campanha, com um abaixo assinado histórico de 1,2 milhão de assinaturas; o Núcleo Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica e o programa do governo estadual, que foi forçado a incluir a limpeza do rio entre suas prioridades, tendo gasto, até hoje, 1,1 bilhão de dólares em obras de saneamento e ligações domiciliares de esgotos, além de fechar acordos com as indústrias poluentes, obrigando-as, através da CETESB, a reduzir a emissões de efluentes tóxicos.

Também no caso das queimadas da Amazônia, a insistência da mídia acabou colocando o tema na pauta governamental. Desde 1987, o pesquisador Alberto Setzer, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vinha utilizando os satélites meteorológicos NOAA para identificar focos de fogo na Amazônia, a pedido do extinto IBDF, hoje Ibama. Eu havia visto uma das imagens em uma das vezes que fui ao INPE, mas ainda não tinha convencido os diretores da Agência Estado da importância de colocar aquilo no jornal. Em agosto de 1988, toda a diretoria da AE estava fazendo uma

visita ao Inpe e consegui desviá-los para a sala do Setzer, onde ele tinha uma imagem na tela do computador, esperando a visita. Aquela imagem virou capa do Jornal da Tarde, abrindo a campanha que mantivemos durante uma semana, e esse JT foi parar em Haia, na Holanda, nas mãos da Mary Alegretti, hoje secretária de Amazônia do MMA, onde chamou a atenção da imprensa internacional e fez chover repórteres na sala do pesquisador do Inpe. Transformamos a campanha na cobertura sistemática das queimadas, trabalhamos junto com o Inpe e a Embrapa no aprimoramento dos mapas, publicados todas as estações secas, durante os últimos 12 anos.

Nos primeiros anos, tivemos dificuldades com os técnicos do Prevfogo, do Ibama, porque verificávamos os mapas todas as semanas e identificávamos frentes de queimadas absolutamente fora de controle. Questionávamos freqüentemente o Prevfogo sobre o que estávamos vendo e a resposta, invariavelmente, era de que eles não tinham verbas para ir verificar o que estava acontecendo, não tinham barco, não tinham gasolina, etcetc.

Chegou ao absurdo, em 1993, da ONG Saúde e Alegria nos confirmar frentes de fogo de 3 quilômetros, na floresta próxima de Santarém, no Pará, sem que o Ibama se dignasse a ir até lá. Foi um ano de El Niño, a floresta estava excepcionalmente seca e as queimadas de roças estavam passando para a floresta através das trilhas de caça ou de coleta extrativista dos ribeirinhos. Os ambientalistas da Saúde e Alegria acabaram liderando uma campanha pelo rádio, em que repassavam informações para os ribeirinhos sobre formas de controlar as queimadas nas condições desfavoráveis daquele ano e só assim os incêndios diminuíram.

A situação se repetiu em 1998, em Roraima, com conseqüências bem mais desastrosas. Lá, a época de queimadas é diferente, as imagens do NOAA captadas em Cachoeira Paulista não alcançavam todo o estado e o Brasil só percebeu a gravidade da situação quando ela já estava fora de controle. O resultado foram 34 mil quilômetros quadrados de lavrados e floresta aberta queimados, com graves perdas sobretudo nas unidades de conservação.

Em 1999, finalmente, depois de tantos anos de más notícias, pudemos comemorar a mudança de atitude do governo federal em relação às queimadas. O MMA determinou a intensificação da fiscalização do Ibama, que saiu dos escritórios de Brasília para monitorar as áreas mais críticas com helicópteros e aviões, coisa que só era feita antes nos dias de levar a imprensa para demonstrações. O orçamento para o combate aos incêndios em unidades de conservação aumentou significativamente. As campanhas atualmente começam antes do fogo, com treinamentos de brigadas anti-incêndios e discussões de agendas positivas. Neste ano de 2000 até o Ministério da Agricultura se mobilizou e lançou uma cartilha com

alternativas agrícolas ao uso do fogo, com cursos para produtores e técnicos agrícolas em mais de 20 municípios campeões de queimadas no Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. As ONGs também se mobilizaram e estão fechando os chamados Protocolos Municipais com prefeituras, produtores, sindicatos e cooperativas rurais, tendo conseguido reduzir efetivamente o número e a intensidade das queimadas nestes municípios.

Depois de tantos anos repetindo os mesmos mapas, os mesmos alertas através dos jornais, foi com grande prazer que mudei de tom e escrevi as boas notícias.

Além destes casos exemplares, a influência da mídia sobre a agenda ambiental pode ser medida nos resultados das duas pesquisas "O que o Brasileiro Pensa de Ecologia?" idealizadas pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MAST/CNPq) e realizadas pelo Ibope, em 1991 e 1997. Na pesquisa 3.650 pessoas responderam a um questionário, de uma hora de duração, sobre seus valores, atitudes e opiniões relativos ao meio ambiente. A amostra foi a mesma das pesquisas de eleição presidencial e corresponde ao perfil da população brasileira maior de 16 anos. Em ambas as pesquisas, os temas ambientais apontados espontaneamente como prioritários eram os temas abordados na época pela grande imprensa, com desmatamentos, poluição dos rios, poluição do ar e queimadas em primeiro lugar, abrangendo 87% das menções.

Tamanha responsabilidade nos obriga - nós, jornalistas ambientais - a refletir sobre a qualidade da informação que levamos diariamente ao público. Não se trata apenas de informar ou aumentar a consciência, este papel duplo que sempre tivemos, até mesmo para suprir a deficiência que o país ainda tem em termos de educação ambiental. Se trabalharmos conscientes do lugar que ocupamos na agenda ambiental, temos de assumir um compromisso muito maior com a precisão, o rigor científico e as opiniões que embutimos em nossos textos.

(*) Liana John (lj@agest.ecof.org.br) é jornalista, repórter de Ciência e Meio Ambiente da Agência Estado (<http://www.estadao.com.br/ciencia>)